



# BRASÍLIA-DF

por **Carlos Alexandre de Souza** » [carlosalexandre.df@dabr.com.br](mailto:carlosalexandre.df@dabr.com.br) — interino



## Oferta limitada

É forçoso dizer que, independentemente das iniciativas movidas por empresas e parlamentares, os fabricantes de vacinas anunciaram que darão prioridade às negociações com governos. Com a oferta limitada de vacinas em escala global, instituir o poder econômico como critério para vacinação tornará ainda mais complicada a batalha da proteção imunológica contra o vírus. Esse é o posicionamento, por exemplo, da senadora Kátia Abreu. “Se as vacinas estão sobrando, e (os laboratórios) são obrigados apenas a vender para governos, eles terão que entregar para quem precisa. Estaremos tirando de uma fila que pode vir para o SUS para dar para o setor privado”, comentou a parlamentar.

## Sem concorrência

Sobre esse tema, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, demonstrou preocupação. “Precisamos ter a garantia de que o cronograma estabelecido para o SUS não será frustrado em razão da concorrência da iniciativa privada, de que há vacinas suficientes de que não haverá aumento de preços. Essa é a preocupação”, disse.

## Líder no timão

Em contraste à metáfora do Titanic, convém lembrar a heroica jornada da embarcação Endurance, comandada pelo britânico Ernest Shackleton. Graças à espetacular liderança do explorador, os 27 tripulantes sobreviveram a dois invernos glaciais na Antártida, em uma saga entre 1915 e 1917.

# As vacinas e o Titanic

O debate sobre a compra de vacinas pela iniciativa privada, defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, dificilmente alcançará um bom termo. As posições a respeito do assunto são extremadas, para não dizer incompatíveis. Enquanto uma parte dos deputados e Lira argumentam que, em uma guerra, cada brasileiro vacinado representa uma esperança de vida a mais na batalha contra o novo coronavírus, os opositores da ideia denunciam a criação do “camarote vip” para a vacinação. Nesse debate, é inevitável a comparação com o Titanic. Na ausência de botes salva-vidas para todos os passageiros, uma parte dos viajantes busca outros meios de escapar do naufrágio. Com aproximadamente 8% da população brasileira vacinada, estabelecer critérios diferenciados para a imunização pode acentuar a desigualdade de acesso a tratamento de saúde, problema social crônico no Brasil. Há risco, ainda, de o assunto ser marcado pela judicialização. O artigo 196 da Constituição determina que “Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” A continuar a iniciativa no Congresso, não será surpresa se o Supremo Tribunal Federal for provocado a se manifestar.



**Não há nada pior num momento desse do que a desarticulação. O Brasil revelou, infelizmente, a partir dessa falta de coordenação, algo que nós não podíamos ter feito. Era preciso ter coordenado desde o início todos os entes federados para poder enfrentar essa pandemia”**

**Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, em reunião com o consórcio nacional de vacinas, ontem.**

## Inaceitável

Mais de 30 senadores subscreveram o pedido para adoção de um voto de censura contra o assessor presidencial Filipe Martins. O requerimento, apresentado pelo senador Fabiano Contarato (Rede- ES), foi aprovado em plenário na noite de quarta-feira. O documento afirma que Martins, ao fazer um gesto interpretado como racista, teve uma atitude “completamente inadequada, desrespeitosa e quicá criminoso”. Na semana passada, por causa do episódio, o presidente Bolsonaro havia sinalizado que demitiria Filipe Martins. Mas aí veio o furacão que varreu Ernesto Araújo do Itamaraty e mudou cinco ministérios.

## Apagão na escola

Carta aberta assinada por mais de 3 mil instituições, estudantes, educadores e dois ex-titulares do MEC — Cristovam Buarque e Renato Janine Ribeiro — alertam para o “risco de apagão educacional” a ameaçar o país. O documento critica a queda de investimentos em educação, a falta de coordenação do governo federal para uma resposta aos impactos da pandemia e a “priorização de uma agenda estranha às urgências educacionais do país”. Também são objeto de reprovação a suspensão da norma que proibia manifestações de preconceito em livros didáticos; o veto presidencial ao acesso à internet para alunos e professores da rede pública; e as mudanças no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

## Outro lado

Em audiência na Câmara, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, defendeu as mudanças no Inep, por considerar que o instituto estava “muito independente”, subvertendo a prerrogativa do ministério de definir as políticas educacionais. Em relação ao veto presidencial, alegou que o projeto de lei aprovado pelo Congresso carece de clareza em relação a custos operacionais e exclui os alunos de escolas rurais.

## “Finarte”

O coronel da reserva do Exército Lamartine Barbosa Holanda não preside mais a Fundação Nacional das Artes. A exoneração do militar, que ficou sete meses no cargo, foi publicada ontem no Diário Oficial da União. É a sexta troca efetivada na autarquia. No governo Bolsonaro, a pasta reservada à cultura acumula episódios polêmicos, como o “namoro” relâmpago com Regina Duarte e a performance repleta de referências nazistas de Roberto Alvim.

**ELEIÇÕES /** Carta assinada por seis presidenciaíveis é o movimento mais explícito para romper a polarização que desponta entre Bolsonaro e Lula para 2022. Parlamentares moderados afirmam que postulantes terão de ceder em nome de candidato único

# Centro busca unificação

» AUGUSTO FERNANDES

Mais do que um manifesto em defesa da democracia, a carta assinada por seis presidenciaíveis para 2022, divulgada na quarta-feira, convoca os partidos de centro a se unir em torno de um nome capaz de competir com o presidente Jair Bolsonaro, bem como disputar voto contra a esquerda, que pode ter o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como principal candidato. Assinam o documento Ciro Gomes (PDT), Eduardo Leite (PSDB), João Amoêdo (Novo), João Doria (PSDB), Luiz Henrique Mandetta

(DEM) e Luciano Huck.

Na avaliação de parlamentares filiados a partidos de centro, chegou o momento de marcar posição. Com Bolsonaro em baixa popularidade por conta da gestão da pandemia da covid-19 e da insatisfação de parte da sociedade em meio às possibilidades de Lula ter chances de concorrer ao Palácio do Planalto, cresce o entendimento de que o centro precisa construir um discurso unificado e conciliar as propostas para oferecer à população uma alternativa diferente, mesmo que alguns nomes tenham de abrir mão de lançar candidatura própria.

“Para se ter uma candidatura

competitiva, é necessário unidade. Se houver, realmente, uma intenção do centro de conquistar a vitória no ano que vem, não podemos nos dividir”, analisou o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), líder da legenda no Senado. Segundo ele, o trabalho deve ser o de evitar polarizações dentro do próprio centro, o que só tende a favorecer a esquerda e a direita. “Basta ver o número de candidatos que temos em todas as eleições. Se permanecer dessa forma, é evidente que não há nenhuma chance de se vencer as eleições.”

Um dos vice-presidentes nacionais, o deputado Célio Silveira (GO) compartilha da mesma opi-

nião. “Diante dos acontecimentos mais recentes no meio político, sobretudo com a volta do Lula, o jogo para o ano que vem muda totalmente, e o centro formado por esses que assinaram a carta só tem a chance de disputar o segundo turno se estiver unido”, observou.

A única desconfiância do centro com o manifesto divulgado pelos seis presidenciaíveis é com a assinatura de Ciro Gomes, um dos principais políticos do campo progressista do país. Para não deixar a esquerda apenas com Lula, o temor de alguns políticos é de que o pedetista não aceite abdicar de concorrer sozinho. Por outro lado, mesmo João Doria estaria

disposto a não ser o líder da chapa, sobretudo por conta da sua rejeição em São Paulo.

A iniciativa dos presidenciaíveis recebeu elogios de Lula, mas ele criticou os signatários da carta por terem contribuído para a vitória de Bolsonaro em 2018. “Sou favorável e aplaudo qualquer manifesto que defenda a democracia, agora, todos esses tiveram a chance de garantir a democracia votando no Haddad. Essa gente preferiu votar no Bolsonaro. Ou seja, você faz um manifesto e sequer reconhece o erro? O Ciro foi para Paris, não votou”, reclamou o petista, em entrevista à Rádio BandNews FM, ontem.

## » Afastamento por 180 dias

A Assembleia Legislativa de São Paulo aumentou para 180 dias a suspensão do mandato do deputado estadual Fernando Cury (Cidadania) por importunação sexual contra Isa Penna (PSOL), em dezembro do ano passado. A proposta inicial de punição, aprovada em março pelo Conselho de Ética da Casa, previa 119 dias. Com a ampliação da pena, Cury perde direito a salário e à manutenção do gabinete. Votaram pela punição 86 deputados em sessão virtual. Cury disse ter recebido a decisão “com serenidade e de forma respeitosa”. Ele nega ter assediado a deputada.

## INTERNET

# Stalking é crime para até dois anos de prisão

GABRIELA BERNARDES\*

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que identifica o crime de perseguição obsessiva, prática conhecida como “stalking”. Segundo a norma, torna-se crime “perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”. O texto destaca práticas como tentativas persistentes de aproximações físicas, recolhimento de informações sobre a vítima, envio repetido de mensagens, bilhetes, e-mails, perseguições e aparições nos locais frequentados pela vítima.

A proposta, de autoria da se-

nadora Leila Barros (PSB-DF), foi aprovada pelo Congresso em março. A nova lei 14.132/21 prevê punição de até dois anos de prisão. A pena ainda pode ser aumentada se envolver crimes contra crianças, adolescentes, idosos e mulheres e se houver a participação de duas ou mais pessoas ou o uso de armas.

Segundo a senadora, o principal objetivo do projeto é proteger as mulheres, que costumam ser os alvos mais frequentes deste tipo de crime e de outras violências de gênero. “O stalking causa transtornos às vítimas, que passam a viver com medo de todas as pessoas e em todos os lugares que frequentam. É um mal que deve ser combatido antes que a perseguição se transforme em algo pior”, afirmou em postagem

em uma rede social.

O termo em inglês “to stalk” significa uma perseguição obsessiva, que interfere na liberdade, na privacidade e até na segurança da vítima. Até a sanção da lei, não havia nada na legislação brasileira que definisse como crime especificamente o “stalking”. Casos do tipo eram enquadrados como crime de “perturbação da tranquilidade alheia”.

De acordo com o Luiz Augusto D’Urso, especialista em Crimes Cibernéticos e Presidente da Comissão Nacional de Crimes da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), regras contra a perseguição on-line são necessárias, mas não necessariamente reduzirá o número de ocorrências: “Essa criminalização, embora importante, poderá não implicar uma

efetiva redução desta conduta, pois não levará o agente à cadeia, em razão da pena prevista. O legislador precisou de atenção com relação à proporcionalidade das penas diante das outras condutas criminalizadas, fixando, para o agente (Stalker), pena de 6 meses a 2 anos. Esta pena pode parecer branda, mas sendo vista de forma sistematizada, é adequada ao nosso ordenamento jurídico. Todavia, pela gravidade dessa conduta, o tema deve continuar sendo objeto de atenção do legislativo e do judiciário”, explicou.

Países como França, Itália, Alemanha, Índia, Holanda, Canadá, Portugal e Reino Unido também tipificaram o stalking como crime.

\* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Leila Barros, autora da lei sancionada: mulheres são principais vítimas